

# Ensaio

## ÁGUA, BEM MAIS PRECIOSO DO MILÊNIO\*

É com grande satisfação que procedo à abertura do Seminário Internacional “Água, bem mais precioso do milênio”. O tema é por demais relevante, uma vez que está diretamente relacionado com a preservação da vida em nosso planeta. Sem dúvida, a biodiversidade depende da água, e a saúde está diretamente ligada à sua qualidade; a economia tem muito a ver com a água, e, sem ela, por fim, não subsiste a humanidade.

A proteção do meio ambiente, devido à sua indiscutível importância, mereceu destaque no texto constitucional, dispondo o art. 225, *caput*:

Todos têm direito ao meio ambiente ecologicamente equilibrado, bem de uso comum do povo e essencial à sadia qualidade de vida, impondo-se ao Poder Público e à coletividade o dever de defendê-lo e preservá-lo para as presentes e futuras gerações.

Não é sem razão que órgãos governamentais, organizações particulares, cientistas, juristas, jornalistas, estudantes, enfim, a sociedade organizada clama em prol da defesa do meio ambiente. A humanidade, aos poucos, está tomando consciência da importância dessa vital riqueza, que vai sucumbindo na mesma proporção em que o planeta é maltratado em virtude das queimadas, dos desmatamentos, da poluição, do assoreamento de rios e de lagos, dos resíduos industriais, da caça e pesca predatórias; em virtude, ainda, da falta de esgotos sanitários, dos lixões clandestinos, do crescimento da frota de automotores e das atividades mineradoras, bem como do excesso de ruídos, fumaça e de outros agentes nocivos.

Quanto à água, bem precioso sem o qual todas as formas de vida perecerão, os dados são alarmantes: apenas 2% de todas as reservas hídricas da Terra constituem o seu suprimento de água doce. Além do mais, 90% desse volume

---

\* In: Revista CEJ, v. 4, n. 12, set./dez., 2000. Texto baseado em conferência proferida na abertura do Seminário Internacional “Água, bem mais precioso do milênio”, promovido pelo Centro de Estudos Judiciários do Conselho da Justiça Federal, de 17 a 19 de maio de 2000, no auditório do Superior Tribunal de Justiça.

## Coletânea de Julgados e Momentos Jurídicos dos Magistrados no TFR e STJ

---

estão localizados nos pólos ou no subsolo. Cerca de dois terços da população mundial (3,6 bilhões de pessoas) vivem numa faixa de 60 quilômetros ao longo da costa. Segundo o Programa das Nações Unidas para o Meio Ambiente, essa proporção subirá para 75% (6,4 bilhões) em três décadas. A água é, por conseguinte, o produto mais importante e estratégico do próximo milênio.

A nova abordagem da água como recurso natural estratégico, que não pode mais ser visto como um bem infinito e abundante, adquiriu contornos importantes. Sabe-se, por exemplo, que existe correlação direta entre acesso aos serviços de saneamento e a mortalidade infantil, causada por doenças transmitidas pela água. Estudos recentes indicam que, sempre que se aumenta em 1% o acesso da população com renda inferior a cinco salários mínimos aos serviços de saneamento, pode-se reduzir em 6% o número total de mortes de crianças. Entre esses serviços, a oferta de água tratada é o que tem maior influência na queda da mortalidade infantil.

Se, nos dias atuais, a água já é escassa, as pesquisas dos estudiosos delineiam perspectivas mais drásticas. Prevê-se que, em 2025, a população do planeta atingirá 8 bilhões de habitantes. Com isso, a demanda pelo precioso líquido aumentará, e os conflitos decorrentes da sua falta serão agravados. Se nada for feito, teremos em pouco tempo o “choque da água”, grave e talvez mais devastador do que representou o “choque do petróleo” para muitas nações.

A questão deve ser tratada com urgência. O nosso planeta é coberto desse precioso líquido, e não temos notícia de que ele seja abundante em outro lugar dessa galáxia. Até que se prove o contrário, somos viajantes solitários em um universo sobre o qual pouco sabemos. Nunca é demais lembrar que, se nos faltar o mais precioso dos recursos naturais, não teremos para onde ir.

Recentes estudos feitos por organismos internacionais revelam que, em países como a China, com população de 1 bilhão e 200 milhões de habitantes, os lençóis freáticos mostram sinais de exaustão. No Brasil, o Congresso Nacional discute a criação da Agência Nacional de Águas para coordenar o uso dos recursos hídricos do País, atribuindo valor econômico à água e democratizando a utilização das bacias hidrográficas.

Também se discute, no Legislativo, a transposição das águas do rio São Francisco, tal é o seu valor para a Região Nordeste. Mas é preocupante – e daqui vai um alerta – que se queira resolver os problemas das regiões afetadas pelas constantes estiagens sem que se olhe, primeiro, o problema do rio. O “velho Chico”, como é chamado carinhosamente pelas populações ribeirinhas, está agonizando. Muitos de seus afluentes hoje são leitos secos, cicatrizes da violência praticada pelo homem contra a natureza. O rio que, por muito tempo, foi classificado como “da integração nacional” pode, em breve, ser o rio da “omissão nacional”. O que diremos às gerações futuras?



## Ministro Paulo Costa Leite

---

No plano geral, é preocupante constatar que o verdadeiro pesadelo está apenas começando. O governo paulista anunciou que a capital bandeirante começará um racionamento no dia 1º de junho próximo<sup>1</sup>, durante o qual cerca de três milhões de pessoas, de dois em dois dias, ficarão sem água por um dia. E isso está acontecendo em São Paulo, tida como a locomotiva brasileira devido à sua importância econômica. Que diremos acerca das sofridas cidades nordestinas?

Por outro lado, a desertificação do planeta é um fato alarmante, e diversas são as causas desse fenômeno, que ameaça os sistemas de vida existentes. O excesso de cultivo e o pastoreio, práticas erradas de irrigação e o desmatamento são apenas alguns exemplos entre os muitos fatores determinantes de tão grande mal, dos quais, sem dúvida, a atividade humana é o maior.

A preocupação tem fundamento: no Brasil, especificamente no Nordeste, esse fenômeno já atingiu mais de 500.000 km<sup>2</sup>, ou seja, um terço daquela área já foi desertificado. E é bem conhecida a íntima relação existente entre a flora e o suprimento d'água.

Para superarmos esses graves problemas, não basta, somente, a ação do Poder Público; é necessário o engajamento de toda a sociedade, seja mediante as suas representações e as universidades ou, mais do que nunca, mediante a educação e conscientização de cada cidadão. A causa é de todos, porque todos somos alvo das conseqüências dessas agressões e erros cometidos contra o meio ambiente, o que, na sua maioria e de modo incisivo, afeta a provisão d'água do nosso planeta.

É inquestionável que o trinômio universidade, Poder Público e cidadãos constitui uma parceria fundamental para que comecemos, agora, a solucionar os problemas ambientais.

Atentos à mentalidade que ora se impõe, o Poder Judiciário e o Ministério Público devem trabalhar incessantemente para garantir e resguardar o direito da geração contemporânea e da futura a um meio ambiente saudável, no legítimo dever de defender a boa qualidade de vida, segundo afirma, com propriedade, o advogado e pesquisador Dr. Rodrigo Andreotti Musetti no seu artigo "Bacias Hidrográficas no Brasil: Aspectos Jurídico-Ambientais"<sup>2</sup>.

Também agente das transformações dos novos tempos e consciente do seu relevante papel no contexto institucional, este Tribunal, alta Corte de Justiça do Brasil, não poderia omitir-se em tal conjuntura. Daí esta importante realização, juntamente com o Conselho da Justiça Federal, por meio do Centro de Estudos Judiciários.

---

1. N.E.: 1º de junho de 2000.

2. N.E.: o referido artigo vem publicado na Revista CEJ, v. 4, n. 12, set./dez 2000, à pág. 90.

## **Coletânea de Julgados e Momentos Jurídicos dos Magistrados no TFR e STJ**

---

A tarefa de preservação constitui enorme desafio e vai requerer muito esforço, para que revertamos a situação. Acredito, porém, que, com seriedade, inteligência e boa vontade, conseguiremos, de mãos dadas, restaurar as condições de uma vida digna e saudável, de um mundo onde a água seja não um bem inatingível, mas acessível a todos os povos e a todos os homens, animais e plantas.

Que o Pai das Luzes, criador de um universo perfeito, adequado ao homem e aos outros seres viventes, capacite-nos e oriente-nos na incomensurável tarefa de salvar a vida na face da Terra.

□



**O Ministro Paulo Costa Leite em sua última sessão como Presidente do STJ. 3/4/2002**